

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

CNPJ 10.663.610/0001-29

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2018

I. A DESENVOLVE SP

A Desenvolve SP é a Agência de Fomento do Estado de São Paulo, criada pela Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 52.142, de 06 de setembro de 2007. Constituída como pessoa jurídica de direito privado, de capital fechado, com autorização do Banco Central para seu funcionamento.

Com sede no município de São Paulo e capital integralizado de R\$ 1 bilhão, a instituição iniciou suas atividades em 11 de março de 2009. Faz parte da administração indireta do Estado de São Paulo e em abril de 2018 passou a ser vinculada à então Secretaria de Planejamento e Gestão¹.

Constitui o objeto social da Desenvolve SP a promoção do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento.

A Desenvolve SP foi concebida como um instrumento institucional de apoio à execução de políticas ativas de desenvolvimento econômico para o estado de São Paulo. O seu papel é coordenar e implantar políticas financeiras de fomento.

Portanto, cabe à Desenvolve SP fomentar projetos de ampliação da competitividade dos agentes econômicos do estado, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico, de acordo com as definições de seu projeto estratégico e em sintonia com as diretrizes e políticas definidas pelo Governo Estadual.

Sua atividade fim é o financiamento de projetos de investimentos de longo prazo, de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos, visando ao aumento da competitividade e sustentabilidade das empresas paulistas.

MISSÃO: Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras.

VISÃO: Ser reconhecida como instituição financeira de referência no desenvolvimento sustentável da economia.

VALORES: Ética, transparência, excelência operacional e comprometimento com a sociedade.

Público-Alvo

Faz parte do escopo da Desenvolve SP apoiar prioritariamente as pequenas e médias empresas, com faturamento anual entre R\$ 360 mil a R\$ 300 milhões, atuantes nos diversos setores da economia paulista: indústria, comércio, agronegócio e serviços.

Para empresas com faturamento de até R\$ 360 mil a Desenvolve SP atua por meio dos programas de governo e fundos de desenvolvimento. Para empresas com faturamento superior a R\$ 300 milhões, a Desenvolve SP atua como agente repassador das linhas de financiamento com recursos de terceiros.

As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.

Objetivos Institucionais:

– Ser parceira estratégica do Governo Estadual em seus planos de desenvolvimento;

– Fomentar a aplicação da inovação na economia paulista com vistas ao aumento da produtividade e competitividade de forma sustentável;

– Contribuir para a geração de emprego e renda;

– Contribuir para a redução das diferenças regionais, no estado de São Paulo.

II. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PRINCIPAIS DIRETRIZES

RELAÇÃO COM O GOVERNO: Participar dos programas estratégicos do Governo Estadual, contribuindo com o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda, e reduzindo as diferenças regionais.

INOVAÇÃO: Fomentar iniciativas e projetos inovadores visando ao estímulo da competitividade e sustentabilidade da economia paulista.

AUTOSSUSTENTABILIDADE: Assegurar a autossustentabilidade de forma a ampliar e aprofundar o papel da instituição na economia paulista, gerindo seus ativos com transparência, ética e responsabilidade.

EXCELÊNCIA OPERACIONAL: Buscar a excelência em seus processos operacionais, tecnológicos e humanos, visando ao aumento da produtividade e promovendo a cultura e integração.

PLANO ESTRATÉGICO DE CURTO E LONGO PRAZO

Em consonância com a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, foi elaborado o Plano Estratégico de Curto e Longo Prazo de 2018 a 2022 da Desenvolve SP, onde constam informações sobre a estratégia de atuação da instituição e seu plano de negócios.

Na análise das forças, riscos e oportunidades, foi observado que o que era uma oportunidade, passou a ser um ponto forte da Instituição: o apoio à inovação. Hoje, no mercado que fomenta esse setor, a Desenvolve SP já é reconhecida como uma referência.

Para o ano de 2018, percebeu-se a oportunidade de investimentos no setor energético, especialmente no âmbito de eficiência energética e de energias renováveis. Com isso, a Desenvolve SP ampliou sua atuação nessa área e está, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, estudando alternativas financeiras para apoiar projetos de energia limpa e renovável.

Em abril de 2018, houve uma revisão do posicionamento da Instituição, onde ficaram estabelecidos os seguintes **focos estratégicos**:

- **Inovação;**

- Projetos de Investimento com ênfase em **Economia Verde** e **Eficiência Energética;**

- **Setor Público.**

III. ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

A Desenvolve SP acredita que o crédito consciente pode transformar de forma positiva a economia paulista, gerando mais emprego e renda, e que com financiamentos de longo prazo é possível investir em tecnologia, inovação e aumentar a eficiência e a sustentabilidade nos negócios, com respeito ao meio ambiente e preservando os recursos naturais.

A instituição atua por meio das linhas de financiamento e, também, como administradora dos Fundos de Desenvolvimento do Estado de São Paulo. Além disso, oferece opções de garantias por meio dos Fundos Garantidores, apoia o crescimento das empresas paulistas, inclusive *startups*, via Fundos de Investimento em Participações (FIPs), e abrange todo o território paulista através das parcerias com órgãos de classe, entidades representativas do segmento empresarial e fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos.

¹ De janeiro a abril de 2018 a Desenvolve SP esteve vinculada à Secretaria da Fazenda, conforme Decreto Estadual N. 52.142, de 06/09/2007. Em 20 de abril de 2018, o Decreto Estadual nº 63.365 transfere sua vinculação para a então Secretaria de Planejamento e Gestão. Em 1º de janeiro de 2019, o Decreto nº 64.059 vincula a Desenvolve SP à Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

1. LINHAS DE FINANCIAMENTO

A instituição oferece um amplo leque de opções de linhas de financiamento, com juros competitivos e prazos de pagamento que chegam a até dez anos, para ampliação e modernização da capacidade produtiva, aquisição de máquinas e equipamentos, capital de giro, entre outras, e linhas para o financiamento de obras que melhoram a infraestrutura dos municípios.

1.1 Setor Privado

No ano de 2018, a Desenvolve SP disponibilizou 24 linhas de financiamento para o setor privado, com destaque para três lançamentos:

BNDES Giro - Saúde: Linha de capital de giro que conta com recursos originados de repasses do BNDES, e visa apoiar Instituições de Saúde Estaduais portadoras de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, fortalecendo a capacidade de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Crédito Digital Gás: O Crédito Digital Gás é uma modalidade de crédito rápido para financiar a adaptação de estrutura e de equipamentos de pequenas empresas que desejam substituir o uso de botijões de gás liquefeito de petróleo (GLP) pelo sistema de gás natural liquefeito (GNL) encanado. A iniciativa, inédita no país, tem como objetivo desburocratizar o acesso dos empreendedores paulistas ao financiamento para utilização de GNL.

Linha Fungetur: Linha de repasse do Ministério do Turismo voltada para apoio financeiro às empresas privadas do setor turístico localizadas nos municípios paulistas, em projetos e investimentos voltados à melhoria da infraestrutura turística e que possam contribuir para a melhoria dos serviços prestados, geração de renda e aumento de oferta de empregos diretos e indiretos com a dinamização do setor turístico.

1.2 Setor Público

O crédito ao setor público é um forte indutor de desenvolvimento econômico regional e, principalmente, da melhoria da qualidade de vida da população. A Desenvolve SP tem o compromisso de apoiar projetos municipais em infraestrutura, transporte, iluminação pública, entre outros.

Em 2018, a Desenvolve SP ofertou 11 linhas de financiamento para o setor público que oferecem juros baixos e prazos longos para apoiar a administração municipal na realização dos investimentos necessários à infraestrutura da cidade, sem comprometer a saúde financeira do município. Em 2018, foram lançadas duas novas linhas para o Setor Público:

- **Linha Água Limpa:** Lançada em abril de 2018, a linha visa implantar sistemas de tratamento de esgotos em municípios que despejam seus efluentes “in natura” nos córregos e rios locais. Seu objetivo é financiar a construção e revitalização de estações de tratamento de esgoto e água, bem como toda infraestrutura de coleta, afastamento e deslocamento. A linha conta com a equalização de juros pelo Governo do Estado.

- **Linha de Apoio a Investimentos Municipais:** Lançada em maio de 2018, a linha visa atender a demandas dos municípios destinadas ao incremento da infraestrutura de atendimento ao público, bem como de administração do município nas diversas áreas de atuação, desde que tenha relação direta com as atividades públicas e haja ganhos para a população em geral e para a administração.

1.3 Programas de Governo

O Governo do Estado de São Paulo, em parceria com a Desenvolve SP, elabora programas para o desenvolvimento de regiões do estado e para setores da economia.

Atualmente, a Desenvolve SP participa do **Programa de Apoio Regional para o Vale do Ribeira**, para financiar empresas situadas naquela região; do **Programa São Paulo Inova**, com o objetivo de apoiar empresas paulistas de base tecnológica e de perfil inovador em estágio inicial ou em processo, por meio de uma uma linha de financiamento (Linha Incentivo à Tecnologia) e do Fundo Inova Paulista; e do **Programa de Apoio ao Setor Avícola**, cujo objetivo é apoiar empresas do setor por meio de operações de crédito para capital de giro, com garantia dos créditos acumulados do ICMS.

A Desenvolve SP participa ainda do **Programa Juro Zero Empreendedor**, parceria entre o Governo do Estado de São Paulo e o Sebrae-SP para oferecer crédito com juro zero para os microempreendedores individuais (MEI) paulistas que concluíram o programa Super MEI, do Sebrae-SP.

2. FUNDOS GARANTIDORES

Como toda instituição financeira, para conceder financiamento, a Desenvolve SP exige garantias ao tomador do crédito. No entanto, muitas vezes, os pequenos e médios empresários não possuem garantias suficientes, como imóveis, veículos, recebíveis, entre outras. Nesses casos, a Desenvolve SP oferece três fundos garantidores que podem suprir a insuficiência das garantias exigidas, viabilizando a contratação: Fundo de Aval (FDA), Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe), e Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)

Desde o início de suas operações até 31 de dezembro de 2018, os fundos garantidores já foram utilizados em 18.784 operações na Desenvolve SP.

3. FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO

A Desenvolve SP administra, além do Fundo de Aval (FDA), oito fundos com patrimônio total de R\$ 801,8 milhões. São eles: Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcet); Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo (Funac); Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira (FVR); Fundo Estadual de Desenvolvimento Social (FIDES); Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico (FIDEC); Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas (FEPRAC); Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social Pontal de Paranapanema (FUNDESPAR); Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo (BANCO DO POVO PAULISTA - BPP).

Em 2018, a Desenvolve SP passou a administrar o Banco do Povo Paulista, que tem como objetivo criar alternativas de crédito popular para geração de emprego e renda, por meio da aplicação de recursos em micro empreendimentos e micro e pequenas empresas.

Em 2018, o Banco do Povo desembolsou R\$ 161,7 milhões, atendendo a 20.623 micro e pequenos empreendedores em 464 cidades.

4. FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

A Desenvolve SP investe, hoje, em cinco fundos de investimento: o Fundo Inovação Paulista; o Fundo Aeroespacial; o Fundo Performa Investimentos SC-I; o Fundo CRP Empreendedor; e o Fundo BBI Financeal I.

Até dezembro de 2018, o capital investido pela Desenvolve SP nos fundos de investimento foi de R\$ 45 milhões. No total, 48 empresas foram investidas, das quais 38 estão localizadas no estado de São Paulo.

5. PARCEIROS

Por meio do modelo de parcerias com órgãos de classe, entidades representativas do segmento empresarial, fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos, a Desenvolve SP consegue alcançar todo o território do estado viabilizando o acesso rápido aos financiamentos para as pequenas e médias empresas paulistas.

Em 2018, foram formalizadas 10 parcerias, entre novas e renovações, como com a Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos e Odontológicos (Abimo), Sindicato Indústria Fiação Tecelagem Estado São Paulo (Sinditêxtil), Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), entre outras.

IV. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

1. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de governança da Desenvolve SP proporciona a tomada de decisão sempre de forma colegiada e por alçadas, reforçando a transparência e a responsabilidade corporativa da instituição.

Constituída na forma de sociedade anônima, a Desenvolve SP possui dois acionistas: a Fazenda do Estado de São Paulo, com 99,998% das ações e a Companhia Paulista de Parcerias, que possui 0,002% das ações.

1.1 Transparência e prestação de contas

No site da Desenvolve SP, na página denominada “Transparência”, são divulgadas as informações de interesse público relacionadas à atuação da instituição, como informações referentes às deliberações dos órgãos colegiados, execução orçamentária e financeira, quadro de pessoal, folha de pagamento, licitações, contratos e informações referentes aos processos internos e externos da Desenvolve SP.

Há, também, no site institucional, página dedicada à Governança Corporativa, onde estão disponíveis informações sobre a administração da Desenvolve SP, órgãos colegiados e seus regulamentos, planejamento estratégico e suas diretrizes, políticas corporativas, informações sobre gestão de riscos, sustentabilidade e estrutura organizacional.

1.2 Ouvidoria e Canal do Colaborador

Em 2018, a Ouvidoria registrou 37 manifestações, sendo 21 reclamações, das quais 15 foram classificadas como improcedentes² e 6 classificadas como procedentes solucionadas, 5 pedidos de informações e/ou esclarecimentos, 6 elogios, 2 sugestões, 2 críticas e 1 denúncia, com todas as reclamações respondidas no prazo exigido pela Resolução do Banco Central do Brasil (Bacen) nº 4.433, de 23 de julho de 2015.

Em complemento, a Desenvolve SP conta com um canal de comunicação interno, denominado “Canal do Colaborador”, responsável por receber e dar atendimento às manifestações de seus colaboradores, relacionadas ao escopo de atuação da instituição.

1.3 Órgãos colegiados

A estrutura de Governança Corporativa da instituição é composta pelos seguintes órgãos colegiados:

Conselho de Administração: Órgão de decisão superior da instituição responsável por sua orientação estratégica e por monitorar o desempenho e os riscos, orientando a tomada de decisões estratégicas da instituição.

Diretoria Colegiada: Em conjunto com o Conselho de Administração, a Diretoria Colegiada exerce a administração geral da instituição, assegurando o seu funcionamento alinhado aos objetivos traçados.

Em 2018, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Desenvolve SP, que redefiniu as Diretorias, além da Presidência, com novas nomenclaturas e atribuições, com o propósito de melhor integrar e otimizar os processos da instituição. Cada Diretoria, com objetivos específicos, busca a modernização e a excelência de suas atividades, tendo como principais atribuições:

- Diretoria Financeira e de Crédito: assuntos de ordem financeira, contábil, controladoria e de crédito.

- Diretoria de Negócios e Fomento: operacionalização e comercialização dos produtos da Companhia, tanto para o setor público como o setor privado.

- Diretoria Administrativa, de Projetos e Processos: planejamento e gestão administrativa, tecnologia da informação e desenvolvimento de projetos e processos.

2. AUDITORIA INTERNA

A Gerência de Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração, supervisionada tecnicamente pelo Comitê de Auditoria e ligada administrativamente à Presidência, tem como função apoiar e assessorar permanentemente os gestores e a alta administração da instituição. Seu foco é a segurança, a eficiência e a eficácia dos controles internos, visando reduzir a exposição a riscos da instituição.

3. GESTÃO DE PESSOAS

Com um quadro de pessoal qualificado e tecnicamente preparado, a Desenvolve SP encerrou o ano de 2018 com 150 empregados ativos, além de quatro Diretores, 08 estagiários e 53 empregados terceirizados, totalizando uma força de trabalho de 215 colaboradores.

V. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Desenvolve SP tem consciência de que um bom resultado financeiro e operacional só resultará em ganhos realmente positivos para a sociedade se estiver alinhado aos conceitos de sustentabilidade.

Para ser sustentável, as instituições devem adotar atitudes éticas, práticas que visem seu crescimento econômico sem agredir o meio ambiente e também colaborar para o desenvolvimento da sociedade. A Desenvolve SP procura realizar suas atividades pautada nos princípios da sustentabilidade sempre alinhada aos normativos do Conselho Monetário Nacional sobre o assunto e a legislação ambiental do Estado de São Paulo.

1. RESPONSABILIDADE CORPORATIVA, ÉTICA, INTEGRIDADE E SUSTENTABILIDADE

A Desenvolve SP orienta as ações de seus colaboradores por meio do Código de Conduta e Integridade, aprovado em 2018, elaborado a partir da junção do Código de Ética e Conduta e do Programa de Integridade e Anticorrupção da Desenvolve SP, e da Política de Responsabilidade Socioambiental.

1.1 Código de Conduta e Integridade

Os colaboradores da Desenvolve SP, no relacionamento interno, externo e com os diversos setores da sociedade, devem ter suas condutas baseadas nas regras estabelecidas no Código de Conduta e Integridade da instituição³, bem como, no que couber, no Código de Ética da Administração Pública do Estado de São Paulo. O Código de Conduta e Integridade, também, define diretrizes e cria procedimentos de prevenção e combate à corrupção, a fim de garantir elevados padrões de integridade, legalidade e transparência na condução de negócios.

² Improcedente: reclamação que, após análise, não há contratação de descumprimento, por parte da Desenvolve SP, do Código de Defesa do Consumidor, de legislações e normativos de órgãos reguladores ou de cláusula contratual firmada entre o cliente e a instituição.

³ http://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/codigo_etica

2. QUALIDADE DE VIDA

A Desenvolve SP tem um compromisso contínuo com a ética e o desenvolvimento econômico, promovendo a melhoria da qualidade de vida como um todo, com a adoção de políticas, práticas e procedimentos em benefício da sociedade e do meio ambiente.

Em 2018, em consonância com os objetivos da Desenvolve SP em promover o desenvolvimento sustentável, com menos danos ao meio ambiente e mais igualdade social, foram realizadas, dentre tantas outras, as seguintes ações:

Segurança do Trabalho

A Desenvolve SP zela pela saúde e segurança de seus colaboradores, observando e cumprindo rigorosamente a legislação aplicável, em especial as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

Além disso, a Desenvolve SP, na qualidade de sociedade de economia mista e que possui empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), está obrigada, pela Norma Regulamentadora nº 5 (NR-5), do Ministério do Trabalho e Emprego, a organizar e manter em funcionamento uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa). A Desenvolve SP também realiza a gestão de riscos ambientais e da saúde laboral dos colaboradores. Em 2018, foram realizadas campanhas de exames médicos periódicos, de vacinação contra gripe e elaborados laudos e medições de saúde e segurança no ambiente de trabalho.

Ações Voluntárias

A Desenvolve SP realiza, periodicamente, o Programa de Voluntariado que tem como objetivo conscientizar e estimular a doação voluntária e regular de sangue e o cadastramento para a doação de medula óssea. A campanha de vacinação de 2018 contou com a participação de 23 voluntários.

A Desenvolve SP também participa da Campanha do Agasalho, que em 2018 arrecadou 117 peças de roupa entregues ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo.

Além disso, a Instituição realizou, também, doação de mobiliários ao Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo (Fussesp), que atua principalmente na realização de programas e ações que visam o resgate da autoestima e da dignidade humana por meio da qualificação profissional.

3. DOAÇÕES E PATROCÍNIOS COM INCENTIVO FISCAL

Pautada pelo princípio de ser uma empresa socialmente responsável, a Desenvolve SP apoiou, por meio de incentivo fiscal, projetos que têm como contrapartida ganhos positivos para a sociedade.

Ao todo, foram R\$ 164 mil destinados a sete projetos, para captação de recursos com incentivo fiscal no âmbito de programas e legislações como Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei do Idoso, PRONAS/PcD, Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon), Lei de Incentivo ao Esporte e Lei Rouanet.

4. GESTÃO AMBIENTAL

O trabalho de educação e conscientização sobre o consumo racional de recursos naturais é constante na Desenvolve SP. Comunicados direcionados aos colaboradores, enviados por e-mail, e fixados nos murais dos andares e elevadores, orientam a todos sobre como evitar o desperdício e quanto à correta utilização desses recursos. Também é realizado um trabalho de orientação junto aos terceirizados quanto à correta utilização da água para fins de manutenção do prédio.

Em 2018, foram implantadas ações para economia dos recursos naturais. Para redução do consumo de energia elétrica, foi efetuada a segunda fase de troca das lâmpadas fluorescentes e incandescentes por *led*, o que ocasionou uma economia de 7% em relação ao mesmo período de 2017. Também foi feito um trabalho de conscientização com a equipe da copa, o que gerou uma economia de 30% no consumo de gás, em relação ao mesmo período de 2017.

VI. APOIO À INOVAÇÃO

A Desenvolve SP acredita que o apoio à inovação é a grande oportunidade para o aumento da produtividade e o caminho para alavancar o crescimento econômico. Para tanto, desde 2013 tem concentrado esforços para fomentar iniciativas e projetos inovadores visando ao estímulo da competitividade e sustentabilidade da economia paulista.

Para dar continuidade a esse trabalho, que hoje já é uma referência em investimento à inovação, a Diretoria estabeleceu a Inovação como um dos focos estratégicos da Instituição.

Em 2018, os desembolsos para inovação continuaram crescendo somando R\$ 52,8 milhões, um crescimento de 8,6% em relação ao desembolsado em 2017. Os desembolsos com recursos de repasse da Finep representam 98,7% do financiamento à inovação.

Além do desempenho operacional, é importante destacar a atuação da Desenvolve SP em feiras e eventos que promovem a inovação, e que levam ao conhecimento do empreendedor as formas de financiamento à inovação disponíveis.

Em 2018, a Desenvolve SP participou de 14 eventos voltados à inovação em que participaram cerca de 500 empreendedores.

VII. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2018 foi marcado por incertezas políticas que novamente acabaram impactando o desempenho da economia do país. Além disso, a eclosão da greve dos caminhoneiros no segundo trimestre certamente afetou de forma negativa o ritmo de retomada da atividade econômica.

Para 2018, o Banco Central prevê um crescimento de 1,3%, aproximando-se do modesto crescimento apresentado em 2017, de 1,0%, e bem abaixo do esperado pelos economistas no início do ano. Ainda assim, a evolução dos indicadores de atividade segue evidenciando continuidade do processo de recuperação da economia brasileira em ritmo gradual.

O consenso entre economistas e analistas é de que a questão fiscal, em particular, continua sendo o nó que aprisiona a economia brasileira na atual armadilha de baixo crescimento e o principal desafio de política econômica a ser enfrentado nos próximos anos.

Apesar dos picos inflacionários decorrentes da greve dos caminhoneiros e dos preços administrados, o índice de inflação oficial encerrou o ano em 3,75%, abaixo da meta (4,5%) estabelecida pelo Banco Central. Com isso, o Conselho de Política Monetária teve espaço para reduzir ainda mais as taxas de juros para 6,5% no primeiro trimestre de 2018, menor nível desde o início da série histórica do Banco Central, e assim as manteve ao longo do ano.

O mercado de trabalho, em linha com a evolução da atividade econômica, persiste em uma trajetória de recuperação gradual. Em 2018, a taxa média de desocupação foi de 12,3%, ante 12,7% em 2017. De acordo com o

IBGE, responsável pelo cálculo do índice, a queda do desemprego continua sendo puxada pelo crescimento do trabalho informal ou por conta própria. De acordo com o Relatório de Inflação publicado pelo Banco Central de dezembro de 2018, a continuidade da recuperação da atividade econômica tende a favorecer o processo de retomada do mercado de trabalho em curso, bem como persistem condições para recuperação cíclica da produtividade do trabalho.

Ainda de acordo com o Relatório, a economia segue operando com elevado nível de ociosidade dos fatores de produção, refletido nos baixos índices de utilização da capacidade da indústria e, principalmente, na taxa de desemprego. Destaque-se, entretanto, que a retomada da economia tem se traduzido em redução gradual dessa ociosidade.

Com relação ao mercado de crédito, depois de dois anos de quedas nominais, o saldo da carteira de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) voltou a apresentar em 2018 um crescimento real. Impulsionado pelo afrouxamento monetário que se transmitiu para as taxas de juros bancárias mais baixas, o saldo da carteira de crédito cresceu 5,5% em termos nominais.

Para 2019, o Banco Central projeta um crescimento para o saldo de crédito do SFN de 6,0%. Para pessoas jurídicas, projeta-se uma expansão de 5,0%, influenciada, entre outros fatores, pela continuidade do processo de captação de recursos por parte das empresas nos mercados externos e de capitais em substituição aos recursos do SFN.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1 Desembolsos

Os desembolsos acumulados, desde 2009, totalizaram, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 3.161,2 milhões, com um total de 4.623 operações para 2.647 empresas e prefeituras distribuídas em 342 municípios.

No ano de 2018, os desembolsos somaram R\$ 457,1 milhões, o segundo maior valor anual desde sua fundação, e um crescimento de 29,6% em relação a 2017, que somou R\$ 352,7 milhões. Dos desembolsos realizados em 2018, 47,2% foram com recursos próprios e 52,8% com recursos de terceiros, que atenderam 813 empresas e prefeituras de 206 cidades.

A Desenvolve SP entende que um projeto de investimento é peça fundamental para empresas que desejam crescer com sustentabilidade econômica e por isso prioriza, desde 2010, esse tipo de financiamento.

Em 2018, os desembolsos voltados para projetos de investimentos correspondem a 49,0% do total. Os desembolsos voltados para financiamento de capital de giro e aquisição de máquinas e equipamentos correspondem a 42,2% e 8,8%, respectivamente.

Cabe destacar que dos pedidos de financiamento para capital de giro, 32,8% foram destinados ao Programa de Governo de Apoio ao Setor Avícola (Proavi), representando 13,9% do total desembolsado em 2018.

Outro destaque foi o Crédito Digital, que somou 546 operações, 68,4% do total no ano, e totalizou R\$ 60,8 milhões, 13,3% do total desembolsado em 2018.

Para o setor da Indústria foram desembolsados, em 2018, um total de R\$ 166,5 milhões, que corresponde a 36,4% das liberações efetuadas no ano, seguido pelo setor de serviços com 30,9%, setor público com 16,0%, setor de comércio com 15,6%, e setor do agronegócio com 1,1%.

Em linha com as diretrizes definidas pelo Planejamento Estratégico, destacam-se nos desembolsos ao setor privado os realizados a projetos inovadores, que somam R\$ 52,8 milhões, um crescimento de 8,6% em relação a 2017. Em 2018, a linha com repasse da Finep, Inovacred, totalizou R\$ 52,1 milhões em desembolso para 64 empresas.

As micro e pequenas empresas representam 50,4% do desembolso acumulado para inovação, em consonância com a Lei Estadual nº 15.099, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para micro e pequenas empresas do estado de São Paulo.

Em relação aos projetos de eficiência energética e/ou de energia renováveis, outro foco estratégico adotado pela Desenvolve SP, foram desembolsados em 2018 R\$ 22,4 milhões para 18 projetos do setor privado e 1 do setor público.

Além disso, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, a Desenvolve SP está estudando alternativas financeiras para apoiar projetos de energia limpa e renovável, como por exemplo, a energia fotovoltaica, energia elétrica produzida a partir de luz solar.

Destacam-se também os desembolsos para micros, pequenas e médias empresas (MPMEs) com um total de R\$ 292,5 milhões, 76,1% do total do setor privado em 2018.

2.2 Setor Público

O financiamento ao Setor Público, um dos focos estratégicos estabelecidos para a Instituição em 2018, atingiu a marca de R\$ 560,7 milhões em desembolso acumulado. No ano, foram desembolsados R\$ 72,8 milhões, que correspondem ao segundo maior valor da série histórica e um crescimento de 120,8% em relação a 2017; com isso, 46 novas cidades foram beneficiadas com os recursos das linhas de financiamento.

Além disso, em 2018, a Instituição bateu o recorde em quantidade de operações para o Setor Público aprovadas na Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Foram analisadas 142 operações, que somam R\$ 299,5 milhões. Para efeito de comparação, em 2017 foram analisadas 21 operações. Em 2014, o melhor ano da base histórica, foram 51.

Para atender ao aumento da demanda por parte dos municípios, em maio de 2018 o Conselho de Administração aprovou o aumento do Destaque de Capital para R\$ 550 milhões para o Setor Público.

Desde o início das operações com o setor público, 120 municípios paulistas já foram beneficiados com financiamentos a projetos de infraestrutura, pavimentação urbana, projetos sustentáveis que proporcionem redução na emissão de gás carbônico e reduzam o impacto ambiental nas atividades da administração pública, entre outros.

Em 2018, a Linha Via SP, destinada a projetos para execução de obras de pavimentação urbana, recape e pavimentação de vicinais, foi a que apresentou maior representatividade com um total de R\$ 43,1 milhões, representando 59,1% dos desembolsos para o setor público, atendendo dezesseis municípios.

A Linha Frota Nova, que tem por objetivo o aumento da capacidade de prestação de serviços junto à população, totalizou, em 2018, R\$ 13,3 milhões em desembolsos, representando 18,3% do total para o setor, atendendo 44 municípios.

2.3 Saldo das Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizou R\$ 1.278,2 milhões, em 31 de dezembro de 2018, um crescimento de 10,1% se comparado com 2017.

Segundo dados do Banco Central do Brasil (Bacen), o mercado de crédito para pessoa jurídica com recursos livres cresceu 11,2% no mesmo período. As operações de financiamento para projetos de investimento são as de maior representatividade, com 75,3% da carteira, consolidando o papel da Desenvolve SP como importante instrumento para a promoção do desenvolvimento da economia do estado de São Paulo.

As operações de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos representaram 10,4%, e, para capital de giro, 14,3% do total da carteira.

Considerando o prazo de vencimento das operações, a carteira está composta por 25,88% de operações com vencimento de até 360 dias e 74,12% acima de 360 dias. Vale destacar que 86,84% da carteira está classificada entre os *rating's* "AA" e "C". O Índice de Inadimplência⁴ fechou 2018 em 5,33%.

3. DESEMPENHO FINANCEIRO

A Desenvolve SP registrou em 2018 um lucro líquido de R\$ 14,7 milhões. Com Patrimônio Líquido de R\$ 1.060 milhões, o Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido (ROAE), em 2018, foi de 1,38%. O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 63,8 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R\$ 50,1 milhões, gerando resultado operacional de R\$ 13,7 milhões.

O total de ativos alcançou R\$ 1.820 milhões, em 31 de dezembro de 2018, composto por 64,3% de operações de crédito (52,7% de recursos próprios e 47,3% com recursos de terceiros), 28,4% de títulos e valores mobiliários e 7,3% de outros ativos.

VIII. DESTAQUES

– A partir de janeiro de 2018, a Desenvolve SP começou a administrar o **Fundo de Investimento de Crédito Produtivo de São Paulo, Banco do Povo Paulista (BPP)**. Com isso, a Instituição passa a incluir as microempresas em seu público alvo ampliando assim seu campo de atuação ao trabalhar com microcrédito.

– Foi lançada em 2018 a **Linha Fungetur**, que conta com repasses do Ministério do Turismo, tem por objetivo o apoio financeiro às empresas privadas do setor turístico localizadas nos municípios paulistas, em projetos e investimentos voltados à melhoria da infraestrutura turística e que possam contribuir para a melhoria dos serviços prestados, geração de renda e aumento de oferta de empregos diretos e indiretos com a dinamização do setor turístico nos municípios do estado de São Paulo.

– Em março de 2018, foi lançada a segunda temporada da websérie **“Caminhos da Inovação”**, com três episódios inéditos. São casos sobre empreendedores visionários que contam com o apoio da Desenvolve SP para transformar ideias inovadoras em negócios de sucesso.

– A Desenvolve SP lançou, em julho de 2018, o **Crédito Digital Gás**, modalidade de crédito rápido para financiar a adaptação de estrutura e de equipamentos de pequenas empresas que desejam substituir o uso de botijões de gás liquefeito de petróleo (GLP) pelo sistema de gás natural liquefeito (GNL) encanado. A iniciativa, inédita no país, tem como objetivo desburocratizar o acesso dos empreendedores paulistas ao financiamento para utilização de GNL.

– Em agosto de 2018, a Desenvolve SP atingiu a marca de **R\$ 3 bilhões em desembolsos acumulados**.

– Em 2018 a Instituição bateu o **recorde em quantidade de operações para o Setor Público** aprovadas na Secretaria do Tesouro Nacional (STN). No ano, foram analisadas 142 operações, que somam R\$ 299,5 milhões. Para efeito de comparação, em 2017 foram analisadas 21 operações. Em 2014, até então o melhor ano da base histórica, foram 51.

ÁLVARO SEDLACEK Diretor Presidente
JOAQUIM ELÓI CIRNE DE TOLEDO Diretor Financeiro e de Crédito
PEDRO LEITÃO MAGYAR Diretor Administrativo, de Projetos e Processos
EDUARDO TADEU SAGGIORATO Diretor de Negócios e Fomento
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Tomás Bruginski de Paula - <i>Presidente do Conselho</i>
Alberto Pereira Gomes Amorim
Alencar Severino da Costa
Álvaro Sedlacek
Francisco Vidal Luna
Jairo Klepacz
Lídia Goldenstein
Marcos Akamine Wolff
Roberto Brás Matos Macedo
DIRETORIA COLEGIADA
Álvaro Sedlacek - Diretor Presidente
Eduardo Tadeu Saggiolato - Diretor de Negócios e Fomento
Joaquim Elói Cirne de Toledo - Diretor Financeiro e de Crédito
Pedro Leitão Magyar - Diretor Administrativo, de Projetos e Processos
CONSELHO FISCAL
Isadora Chansky Cohen
João Alberto Rodrigues dos Santos
Kelly Lopes Lemes
Nanci Cortazzo Mendes Galuzio
Rubens Peruzin
Edmilson Bezerra Campos de Souza - <i>Suplente</i>
Fábio Moraes da Silva - <i>Suplente</i>
Fernanda Montenegro de Menezes Rizek - <i>Suplente</i>
Marcio Oliveira Martins de Barros - <i>Suplente</i>
Nelson Okamura - <i>Suplente</i>
COMITÊ DE AUDITORIA
Francisco Vidal Luna - <i>Presidente</i>
Carlos Eduardo Sampaio Lofrano
Jerônimo Antunes
COMITÊ DE REMUNERAÇÃO
Francisco Vidal Luna - <i>Presidente</i>
Carlos Eduardo Sampaio Lofrano
Jerônimo Antunes

⁴ Índice de Inadimplência: montante de operações com atraso acima de 90 dias em relação ao total da carteira de crédito.

Ativo	Nota	31.12.2018	31.12.2017
Circulante		569.747	417.037
Disponibilidades		3	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	205.572	72.074
Carteira própria		205.572	72.074
Operações de crédito	6	297.788	280.246
Setor público		91.830	89.237
Setor privado		238.931	211.451
(Provisão para operações de crédito)		(32.973)	(20.442)
Outros créditos		21.469	21.254
Créditos tributários	12	19.493	20.670
Rendas a receber		646	340
Diversos		1.333	244
(Provisão para outros créditos)		(3)	-
Outros valores e bens		44.915	43.463
Bens não de uso próprio		44.851	43.472
(Provisão para desvalorização)		-	(39)
Despesas antecipadas		64	30
Não circulante		1.215.984	1.172.276
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	311.189	335.603
Carteira própria		312.325	337.904
(Provisões para desvalorizações)		(1.136)	(2.301)
Operações de crédito	6	872.377	815.046
Setor público		161.945	172.231
Setor privado		785.512	687.695
(Provisão para operações de crédito)		(75.080)	(44.880)
Outros créditos		32.418	21.627
Créditos tributários	12	32.274	21.627
Diversos		160	-
(Provisão para outros créditos)		(16)	-
Permanente	7	34.366	35.192
Imobilizado de uso		31.230	31.816
Imóveis de uso		31.761	31.761
Outras imobilizações de uso		1.716	1.687
(Depreciações acumuladas)		(2.247)	(1.632)
Intangível		3.136	3.376
Outros ativos intangíveis		5.144	5.142
(Amortização acumulada)		(2.008)	(1.766)
Total do ativo		1.820.097	1.624.505

Passivo	Nota	31.12.2018	31.12.2017
Circulante		244.977	166.185
Depósitos		67	66
Depósitos vinculados		67	66
Obrigações por repasses do País			
Instituições oficiais	8	139.118	107.884
BNDES		104.119	70.260
FINAME		15.997	26.499
Outras Instituições Oficiais		19.002	11.125
Outras obrigações		105.792	58.235
Cobrança e arrecadação de tributos		42	267
Obrigações sociais e estatutárias	9	29.438	20.967
Obrigações fiscais e previdenciárias	9	2.973	4.497
Recursos para destinação específica	9	65.396	24.942
Diversos	9	7.943	7.562
Não circulante		514.907	398.157
Obrigações por repasses do País			
Instituições oficiais	8	473.158	392.331
BNDES		310.914	245.253
FINAME		43.844	67.229
FINEP		118.400	79.849
Outras obrigações		41.749	5.826
Obrigações fiscais e previdenciárias	9	1.056	157
Recursos para destinação específica	9	40.146	5.090
Diversos	9	547	579
Patrimônio líquido	10	1.060.213	1.060.163
Capital social		1.016.035	1.000.000
Ações ordinárias - País		1.016.035	1.000.000
Reservas de lucros		44.178	60.163
Total do passivo		1.820.097	1.624.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Aumento de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Especial de lucro		
Saldos em 01/01/2017	1.000.000	-	12.890	41.372	-	1.054.262
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	46.722	46.722
Destinações:						
Reservas	-	-	2.336	17.255	(19.591)	-
Dividendos	-	-	-	(13.690)	-	(13.690)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(27.131)	(27.131)
Saldos em 31/12/2017	1.000.000	-	15.226	44.937	-	1.060.163
Mutações do período	-	-	2.336	3.565	-	5.901
Saldos em 01/01/2018	1.000.000	-	15.226	44.937	-	1.060.163
Aumento de Capital	16.035	-	-	-	-	16.035
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(15.443)	-	(15.443)
Dividendos do exercício anterior	-	-	-	(1.279)	-	(1.279)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	14.736	14.736
Destinações:						
Reservas	-	-	737	-	(737)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(13.999)	(13.999)
Saldos em 31/12/2018	1.016.035	-	15.963	28.215	-	1.060.213
Mutações do período	16.035	-	737	(16.722)	-	50
Saldos em 01/07/2018	1.000.000	16.035	15.292	43.658	-	1.074.985
Aumento de Capital	16.035	(16.035)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(15.443)	-	(15.443)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	13.425	13.425
Destinações:						
Reservas	-	-	671	-	(671)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(12.754)	(12.754)
Saldos em 31/12/2018	1.016.035	-	15.963	28.215	-	1.060.213
Mutações do período	16.035	(16.035)	671	(15.443)	-	(14.772)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

1 - Contexto operacional
 A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. é uma Instituição Financeira de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.
 As operações são regulamentadas pela Resolução CMN nº 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações. A instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.
 Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras, podendo praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:
 i. Fundos governamentais;
 ii. Orçamento estadual;
 iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN").

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, foram adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, quais sejam:

Pronunciamento Técnico	Data da Divulgação	IASB	BACEN	Resolução CMN
Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	15/12/11	Framework		4.144/12
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	7/10/10	IAS 36		3.566/08
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7/10/10	IAS 7		3.604/08
Divulgação sobre Partes Relacionadas	7/10/10	IAS 24		3.750/09
Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2		3.989/11
Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8		4.007/11
Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10		3.973/11
Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37		3.823/09
Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19		4.424/15

Com exceção dos pronunciamentos Pagamento Baseado em Ações e Benefícios a Empregados, todos os demais recepcionados pelo Banco Central do Brasil demandaram adequações na elaboração das Demonstrações Contábeis da Instituição, na data da entrada em vigor dos referidos pronunciamentos.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

Em 22 de fevereiro de 2019, a Diretoria Colegiada aprovou a conclusão das Demonstrações Contábeis da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3 - Principais práticas contábeis

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data de seu recebimento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos

bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

d) Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito

d1. Operações de crédito e obrigações por repasse

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos. Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

d2. Provisão para perdas em operações de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

		2º semestre		
	Nota	de 2018	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		88.239	166.335	171.532
Operações de crédito	6	74.477	138.267	127.638
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		13.762	28.068	43.894
Despesas da intermediação financeira		(54.556)	(102.519)	(55.014)
Operações de empréstimos e repasses		(20.885)	(38.537)	(31.657)
Provisão para operações de crédito	6	(33.671)	(63.982)	(23.357)
Resultado bruto da intermediação financeira		33.683	63.816	116.518
Outras receitas/despesas operacionais		(25.421)	(50.123)	(50.270)
Receitas de prestação de serviços	11	3.803	6.686	3.527
Rendas de tarifas bancárias		3.205	5.832	4.476
Despesas de pessoal	11	(18.858)	(36.989)	(35.660)
Outras despesas administrativas	11	(8.651)	(17.603)	(16.407)
Despesas tributárias	11	(5.687)	(8.743)	(6.622)
Outras receitas operacionais	11	902	1.542	940
Outras despesas operacionais		(135)	(848)	(524)
Resultado operacional		8.262	13.693	66.248
Resultado não operacional		11	(166)	78
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		8.273	13.527	66.326
Imposto de renda e contribuição social		6.778	2.841	(16.577)
Provisão para imposto de renda	12	1.932	(3.676)	(4.080)
Provisão para contribuição social	12	1.491	(2.952)	(3.400)
Ativo fiscal diferido	12	3.355	9.469	(9.097)
Participações estatutárias no lucro		(1.626)	(1.632)	(3.027)
Lucro líquido		13.425	14.736	46.722
Juros sobre capital próprio		10	(28.197)	(29.442)
Lucro por ação (R\$)		10	0,01343	0,01474
			0,01474	0,04672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

	Nota	2º semestre		
	de 2018	2018	2017	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações		8.273	13.527	66.326
Ajustes ao lucro antes dos impostos e participações		32.533	64.384	21.917
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		33.671	63.982	23.357
Depreciação e amortização		411	858	914
Provisão para desvalorização de títulos livres		(1.606)	(1.165)	(2.604)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		-	(39)	39
Provisão para passivos contingentes		57	748	211
Lucro ajustado antes dos impostos e participações		40.806	77.911	88.243
Variação ativo/passivo		(42.143)	(57.793)	(23.703)
(Aumento)/redução em TVM		(72.811)	(93.584)	(65.913)
(Aumento)/redução operações de crédito		(97.447)	(138.855)	(39.171)
(Aumento)/redução outros créditos	</			

g) Tributos
Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda - IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (20%)	20%
Programa de Integração Social - PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.

Conforme a legislação tributária, a Desenvolve SP optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Com o advento da Instrução Normativa nº 1.591, de 5 de novembro de 2015, a alíquota da contribuição social aplicável sobre o lucro real foi alterada de 15% para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na Nota 12 b.

h) Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

i) Contingências

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

A constituição da provisão para contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2018	31.12.2017
Disponibilidades	3	-
Cotas de Fundo de Renda Fixa	77.125	62.790
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	77.128	62.790

5 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da carteira

	31.12.2018		31.12.2017	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	128.447	248.168	9.284	287.816
Cotas de Fundos de Renda Fixa	77.125	-	62.790	-
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	62.104	-	48.563
Cotas de Fundos Garantidores de Operações de Crédito	-	2.053	-	1.525
(-) Provisões para Desvalorizações	-	(1.136)	-	(2.301)
Total	205.572	311.189	72.074	335.603

As Cotas do Fundo de Renda Fixa, Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

	31.12.2018			31.12.2017		
	AA	A	B	C	D	E
Parcelas Vincendas	235.349	529.503	185.293	157.534	43.083	5.130
01 a 30	7.246	10.535	4.246	2.721	831	170
31 a 60	6.477	9.344	3.684	2.249	728	136
61 a 90	6.472	8.844	3.814	2.268	725	136
91 a 180	19.345	38.588	11.635	7.036	2.319	388
181 a 360	38.093	59.318	23.755	14.982	4.519	735
Acima de 360	157.716	402.874	138.159	128.278	33.961	3.565
Parcelas Vencidas	-	620	1.453	277	279	24
01 a 30	-	620	1.453	240	201	24
31 a 60	-	-	-	37	78	-
Subtotal	235.349	530.123	186.746	157.811	43.362	5.154

	31.12.2018			31.12.2017		
	AA	A	B	C	D	E
Parcelas Vincendas	-	-	-	-	708	989
01 a 30	-	-	-	-	43	33
31 a 60	-	-	-	-	43	33
61 a 90	-	-	-	-	43	39
91 a 180	-	-	-	-	129	100
181 a 360	-	-	-	-	155	182
Acima de 360	-	-	-	-	295	602
Parcelas Vencidas	-	-	-	-	131	129
01 a 30	-	-	-	-	48	36
31 a 60	-	-	-	-	50	41
61 a 90	-	-	-	-	33	41
91 a 180	-	-	-	-	11	132
181 a 360	-	-	-	-	-	599
Acima de 360	-	-	-	-	-	393
Subtotal	-	-	-	-	839	1.118

(a) Operações vencidas acima de 59 dias.

e) Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

Nível de Risco	Provisão %	31.12.2018		31.12.2017	
		Valor das Operações	Provisão	Valor das Operações	Provisão
AA	-	235.349	-	575.357	-
A	0,5	530.122	(2.651)	151.801	(759)
B	1,0	186.746	(1.867)	172.500	(1.725)
C	3,0	157.811	(4.734)	137.156	(4.115)
D	10,0	44.201	(4.420)	37.061	(3.706)
E	30,0	6.272	(1.882)	21.744	(6.523)
F	50,0	31.872	(15.936)	23.740	(11.870)
G	70,0	30.940	(21.658)	15.438	(10.807)
H	100,0	54.905	(54.905)	25.817	(25.817)
Total		1.278.218	(108.053)	1.160.614	(65.322)

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º Semestre/2018	31.12.2018	31.12.2017
Saldo Inicial	91.296	65.322	66.115
Créditos baixados para prejuízo	(16.914)	(21.251)	(24.150)
Provisão constituída	33.671	63.982	23.357
Saldo Final	108.053	108.053	65.322

g) Informações complementares

	2º Semestre/2018	31.12.2018	31.12.2017
Créditos renegociados (a)	3.733	34.892	52.788
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	2.807	8.650	13.688

(a) Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

7 - Imobilizado de Uso e Intangível

a) Imobilizado de Uso

	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação	Custo líquido de Depreciação	
				31/12/2018	31/12/2017
Imóveis de Uso:					
- Terrenos	-	11.600	-	11.600	11.600
- Edificações	1,67%	20.161	(1.247)	18.914	19.336
Outras Imobilizações de Uso:					
Móveis e Equipamentos	3,33% a 20%	1.337	(764)	573	677
Sistema de Processamento de Dados	20%	109	(72)	37	69
Sistema de Comunicação	6,67% a 20%	153	(104)	49	67
Instalações	10%	117	(60)	57	67
Total em 31/12/2018		33.477	(2.247)	31.230	-
Total em 31/12/2017		33.448	(1.632)	-	31.816

b) Intangível

	Custo	Amortização	Custo líquido de Amortização	
			31/12/2018	31/12/2017
Outros Ativos Intangíveis:				
- Software	5.144	(2.008)	3.136	3.376
Total em 31/12/2018	5.144	(2.008)	3.136	-
Total em 31/12/2017	5.142	(1.766)	-	3.376

financeiros derivativos.

b) Cotas de fundos de investimento em participações

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data base do balanço. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estavam assim compostas:

Fundo	31.12.2018			31.12.2017		
	Capital Integra-Subscrito	Capital Integra-lizado	Valor Atualizado/Contábil	Capital Integra-Subscrito	Capital Integra-lizado	Valor Atualizado/Contábil
Inovação Paulista (FIP)	25.000	21.577	28.577	25.000	15.840	20.725
BBI Financial I (FIP)	10.000	9.400	17.174	10.000	7.880	14.168
CRP Empreendedor (FIP)	10.000	5.301	7.307	10.000	5.241	5.420
Aeroespacial (FIP)	15.000	6.441	6.453	10.000	4.113	4.593
Performa Investimentos SC - I (FIP)	2.000	1.939	1.460	2.000	1.825	1.356
Total	62.000	44.658	60.971	57.000	34.899	46.262

6 - Operações de crédito

a) Carteira por modalidade

	31.12.2018			31.12.2017		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Financiamentos	166.932	705.333	872.265	163.647	647.867	811.514
Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	85.698	139.724	225.422	83.370	166.320	249.690
Empréstimos	78.059	102.334	180.393	53.597	45.607	99.204
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	72	66	138	74	132	206
Total da Carteira de Crédito	330.761	947.457	1.278.218	300.688	859.926	1.160.614
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(32.973)	(75.080)	(108.053)	(20.442)	(44.880)	(65.322)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	297.788	872.377	1.170.165	280.246	815.046	1.065.292

b) Receitas de operações de crédito

	2º Semestre/2018	31.12.2018	31.12.2017
Financiamentos	43.918	79.487	70.492
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento	15.211	27.950	29.591
Empréstimos	12.538	22.173	13.858
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.807	8.650	13.688
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	3	7	9
Total	74.477	138.267	127.638

c) Carteira por setor de atividade econômica

	31.12.2018		31.12.2017	
	Participação	Participação	Participação	Participação
Sector Público	253.775	20%	261.468	23%
Administração Direta	253.691	20%	258.289	22%
Atividades Empresariais	84	-	3.179	1%
Sector Privado	1.024.443	80%	899.146	77%
Outros serviços	611.977	48%	555.114	48%
Indústria	273.895	21%	259.325	22%
Comércio	126.719	10%	70.441	6%
Pessoas Físicas	10.096	1%	14.143	1%
Rural	1.756	-	123	-
Total	1.278.218	100%	1.160.614	100%

	Operações em Curso Normal								31.12.2018		31.12.2017	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira	
Parcelas Vincendas	235.349	529.503	185.293	157.534	43.083	5.130	25.226	6.640	15.842	1.203.600	1.104.549	
01 a 30	7.246	10.535	4.246	2.721	831	170	552	145	577	27.023	25.606	
31 a 60	6.477	9.344	3.684	2.249	728	136	481	131	621	23.851	35.274	
61 a 90	6.472	8.844	3.814	2.268	725	136	481	131	461	23.332	22.631	
91 a 180	19.345	38.588	11.635	7.036	2.319	388	1.307	392	1.484	82.494	68.803	
181 a 360	38.093	59.318	23.755	14.982	4.519	735	2.269	784	2.682	147.137	129.366	
Acima de 360	157.716	402.874	138.159	128.278	33.961	3.565	20.136	5.057	10.017	899.763	822.869	
Parcelas Vencidas	-	620	1.453	277	279	24	1.017	31	143	3.844	3.516	
01 a 30	-	620	1.453	240	201	24	953	21	142	3.654	3.122	
31 a 60	-											

	31.12.2018	31.12.2017
Lucro Líquido	14.736	46.722
(-) Reserva Legal	(737)	(2.336)
Base de Cálculo Ajustada	13.999	44.386
Juros sobre o capital próprio	29.442	27.131
Reserva de lucros	-	17.255

Para elaboração da Demonstração de Resultado, os juros sobre o capital são demonstrados posteriormente à apuração do lucro líquido, consoante o artigo 3º da Circular BACEN nº 2.739, de 19 de fevereiro de 1997.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

d) Lucro por ação

	2º Semestre/2018	31.12.2018	31.12.2017
Lucro líquido do período	13.425	14.736	46.722
Número de ações	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000
Lucro por ação (R\$)	0,01343	0,01474	0,04672

11 - Desdobramento das contas de resultado

a) Receitas de Prestação de Serviços

	2º Semestre/2018	31.12.2018	31.12.2017
Administração de Fundos de Desenvolvimento	3.803	6.686	3.527

b) Despesas de pessoal

	2º Semestre/2018	31.12.2018	31.12.2017
Proventos	(9.807)	(19.559)	(18.648)
Encargos sociais	(3.761)	(7.584)	(7.392)
Benefícios	(3.439)	(6.590)	(6.123)
Honorários de diretores e conselheiros	(1.592)	(2.797)	(2.831)
Estagiários	(141)	(259)	(336)
Treinamento	(118)	(200)	(330)
Total	(18.858)	(36.989)	(35.660)

c) Outras despesas administrativas

	2º Semestre/2018	31.12.2018	31.12.2017
Serviços técnicos especializados	(1.676)	(3.510)	(2.766)
Processamentos de dados	(1.574)	(3.109)	(3.093)
Propaganda e publicidade ^(a)	(1.112)	(2.627)	(3.033)
Patrocínios e relações públicas ^(a)	(840)	(1.772)	(1.739)
Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.)	(718)	(1.455)	(1.137)
Manutenção e conservação de bens	(476)	(801)	(646)
Transporte	(324)	(655)	(697)
Depreciação	(290)	(616)	(672)
Serviços de terceiros	(315)	(592)	(528)
Vigilância e segurança	(341)	(589)	(285)
Publicações	(206)	(462)	(291)
Comunicações	(134)	(258)	(300)
Amortização	(121)	(242)	(242)
Água, energia e gás	(102)	(212)	(219)
Viagem no país	(104)	(199)	(219)
Serviços do sistema financeiro	(103)	(199)	(170)
Contribuições filantrópicas	(144)	(164)	(180)
Materiais de Escritório	(33)	(83)	(94)
Seguros	(37)	(57)	(41)
Viagens no exterior	(1)	(1)	(55)
Total	(8.651)	(17.603)	(16.407)

^(a) Os gastos com Propaganda e Publicidade incluem realização de pesquisas, produção de materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing para divulgação dos produtos oferecidos no mercado com foco na geração de negócios junto ao público alvo, além de divulgar a forma de atuação da Instituição. Já o item Patrocínios e Relações Públicas refere-se substancialmente a gastos relativos à participação em feiras e eventos de negócios, realizados em diversos locais do estado de São Paulo.

d) Despesas tributárias

	2º Semestre/2018	31.12.2018	31.12.2017
Contribuição ao COFINS	(2.822)	(5.267)	(5.294)
IPTU	(2.170)	(2.170)	(5)
Contribuição ao PIS	(459)	(856)	(860)
ISSQN	(236)	(425)	(295)
ITBI	-	(21)	(164)
Outras	-	(4)	(4)
Total	(5.687)	(8.743)	(6.622)

e) Outras receitas operacionais

	2º Semestre/2018	31.12.2018	31.12.2017
Recuperação de Encargos e Despesas	552	1.091	553
Reversão de Provisões Operacionais	320	394	299
Outras	30	57	88
Total	902	1.542	940

12 - Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre/2018		31.12.2018		31.12.2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	8.273	8.273	13.527	13.527	66.326	66.326
Participação dos empregados	(1.626)	(1.626)	(1.632)	(1.632)	(3.027)	(3.027)
Resultado após a participação dos empregados	6.647	6.647	11.895	11.895	63.299	63.299
Encargo total do imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20%.	(1.662)	(1.329)	(2.974)	(2.379)	(15.825)	(12.660)
Ajustes para Cálculo de IR e CSLL:						
Adições	(9.522)	(7.530)	(18.189)	(14.402)	(7.550)	(5.903)
Exclusões	6.029	4.797	10.185	8.111	12.195	9.737
Incentivos fiscais	150	-	176	-	192	-
Prorrogação de licença maternidade	28	-	48	-	125	-
Juros sobre capital próprio	7.050	5.639	7.361	5.888	6.783	5.426
Imposto de Renda e CSLL	2.073	1.577	(3.392)	(2.782)	(4.080)	(3.400)
Ativo fiscal diferido	1.669	1.686	5.953	3.516	(4.207)	(4.435)
Passivo fiscal diferido	(141)	(86)	(284)	(170)	(284)	(171)
Despesa de IR e CSLL	3.601	3.177	2.277	564	(8.571)	(8.006)

b) Créditos e Obrigações Tributárias Diferidas

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, foram constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal, aplicando-se alíquota de 40%, conforme apresentado a seguir:

Diferenças Temporárias	31.12.2017	Baixa	Constituição	31.12.2018
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	40.531	(16.172)	25.859	50.218
Provisões para despesas administrativas	523	(505)	437	455
Provisões para desvalorização de títulos livres	921	(865)	399	455
Provisões para passivos contingentes	295	(25)	335	605
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	27	-	7	34
Total dos créditos tributários diferidos	42.297	(17.567)	27.037	51.767
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	455	-	454	909
Total das obrigações tributárias diferidas	455	-	454	909

As baixas das provisões para despesas administrativas foram efetuadas mediante o pagamento dessas despesas ao longo do exercício, enquanto as baixas relativas à provisão para créditos de liquidação duvidosa foram realizadas em decorrência de prejuízos, de acordo com os prazos definidos na legislação vigente.

A expectativa de realização dos créditos, relativos às despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Circular Bacen nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2020	2021	2022	2023	Acima de 2023	Total
Valor nominal	19.493	9.415	7.422	5.622	4.502	5.313	51.767
Valor presente	18.288	8.179	5.969	4.187	3.105	3.257	42.985

O valor presente dos créditos tributários foi obtido através de desconto pela expectativa da taxa SELIC do período. Neste exercício, não foram gerados créditos tributários não ativados.

13 - Transações com partes relacionadas

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações.

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	2º Semestre /2018	31.12.2018	31.12.2017
Benefícios de Curto Prazo	1.846	3.206	3.276
Diretoria	1.063	1.820	1.827
Conselho de Administração	374	687	787
Comitê de Auditoria	243	467	445
Conselho Fiscal	166	232	217
Outros Benefícios de Longo Prazo	141	281	322
Diretoria	141	281	322
Total	1.987	3.487	3.598

14 - Contingências

Conforme determinado no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados em provável foram provisionadas, conforme abaixo:

Natureza	31.12.2017	Baixa	Constituição	31.12.2018
Trabalhista	538	(61)	369	846
Cível	225	-	440	665
Total	763	(61)	809	1.511

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas com risco de perda possível, cujos valores totais estimados são:

Natureza	31.12.2018
Trabalhista	618
Cível	878
Total	1.496

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

15 - Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

A Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabeleceu a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. Desta forma, a aplicação proporcional da regulação prudencial deve considerar o segmento em que a instituição está enquadrada e o seu perfil de risco. Para o enquadramento das instituições em cada segmento, foram considerados o porte e a atuação internacional de cada uma. A Desenvolve SP está enquadrada no Segmento 4 (S4), por possuir porte inferior a 0,1% (um décimo por cento) do Produto Interno Bruto (PIB).

16 - Declaração de Apetite por Riscos (RAS)

A alta administração aprovou a RAS da instituição, que descreve os riscos relevantes incorridos pela Desenvolve SP e os níveis de apetite por esses riscos.

Os níveis de risco que a instituição está disposta a assumir estão em linha com seus objetivos estratégicos e com seu escopo de atuação.

17 - Integração entre os riscos

A integração se dá entre os riscos relevantes (riscos de crédito, operacional, de liquidez e socioambiental).

18 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital está disponível no endereço <https://www.desenvolve.sp.gov.br/institucional/governanca-corporativa/gestao-de-riscos/>, no site da instituição.

a. Estrutura Organizacional: O gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric), por meio da Gerência de Controle de Riscos (Geric.1). A Suric é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência.
b. Estrutura de Sistemas: O sistema interno deve abranger todas as fontes relevantes e consistentes de riscos e deve possibilitar a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos considerados relevantes e não relevantes, conforme definidos na RAS, a fim de manter capital compatível com esses riscos.

c. Validação de Sistemas: Mensalmente, devem ser realizados testes de avaliação e validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos utilizados para o gerenciamento de riscos.

19 - Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Manual de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital é revisado anualmente e submetido para aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

Esse Manual contém a RAS, as Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital e o Programa de Testes de Estresse.

a. Risco de Crédito: A gestão do crédito está definida como sendo a implementação e administração dos princípios de crédito, e está segregada da seguinte forma:

- Superintendência de Crédito (Sucre): unidade responsável pela implementação dos procedimentos da Política de Crédito da instituição.
- Superintendência Jurídica (Sujur): por meio da Gerência de Cobrança e Recuperação (Gecob), é responsável pelos procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, inclusive dos créditos baixados em prejuízo, e pelos procedimentos para documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito.
- Superintendência de Tecnologia da Informação (Sutin): por meio da Gerência de Suporte à Operação (Getin.3), efetua a avaliação periódica do grau de suficiência das garantias de recebíveis.

A gestão do risco de crédito consiste na modelagem estatística dos dados históricos da carteira de crédito da instituição e do mercado de crédito brasileiro para pessoas jurídicas, para cálculo de projeções futuras e validação dos sistemas, a fim de verificar a aderência dos processos de gestão do crédito. A gestão do risco de crédito está a cargo da Suric. O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA_{CFPAD} , calculada em consonância com a regulamentação em vigor.

b. Risco Operacional: A estrutura de gerenciamento do risco operacional deve prever, adicionalmente, a implementação de estrutura de governança de TI consistente com os níveis de apetite por riscos estabelecidos na RAS. A metodologia utilizada para o mapeamento, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional é a descrita na Política de Conformidade e Controles Internos, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração da instituição. O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado por meio do cálculo da parcela RWA_{OPAD} , conforme metodologia determinada pelo Bacen. A metodologia utilizada é a da Abordagem do Indicador Básico.

c. Risco de Liquidez: Na Desenvolve SP, os procedimentos para o controle de liquidez são realizados diariamente. O Plano de Contingência de Liquidez foi aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração e faz parte da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez.

d. Risco Socioambiental: A Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental estabelece critérios, do ponto de vista socioambiental, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas. O Sistema de Administração de Riscos Ambientais e Sociais (SARAS) da Desenvolve SP consiste em uma série de procedimentos que deverão ser inseridos nas rotinas de cadastro, concessão de crédito, contratações administrativas, avaliação de garantias e renegociações.

e. Risco de Mercado: A estrutura de gerenciamento do risco de mercado deve prever sistemas que considerem todas as fontes significativas desse risco e utilizem dados confiáveis de mercado, tanto internos quanto externos. Segundo a Política de Investimentos da instituição, a gestão dos recursos da tesouraria tem perfil conservador, não se expondo em demasia a riscos. Desta forma, considerando que a carteira da instituição é composta pelas operações de crédito e pelos recursos da tesouraria e, além disso, que essa carteira é bancária, isto é, não classificada na carteira de negociação, consideramos o Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB) como um risco não relevante. No entanto, esse risco deve ser gerenciado, monitorado e reportado à alta administração, a fim de estimar PR compatível com os riscos assumidos pela instituição. Não há alocação de capital para o IRRBB. No entanto, o valor do IRRBB é deduzido do PR para fins de cálculo de compatibilidade de capital e margem para alavancagem.

f. Gerenciamento de Capital: A estrutura de gerenciamento de capital deve possibilitar a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita. A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Capital, que deve ser consistente com o planejamento estratégico da instituição, e o Plano de Contingência de Capital.

20 - Programa de Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse abrange os riscos relevantes, conforme definido na RAS da instituição, e o IRRBB.

21 - Relatórios

A Diretoria Colegiada, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração recebem, mensalmente, relatórios gerenciais versando sobre o gerenciamento de riscos e de capital.

22 - Limites Operacionais

O CMN, por meio do Bacen, divulgou, em 2013, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da instituição com os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, no âmbito de Basileia III.

Na Desenvolve SP, o cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen.

A Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme espelha a tabela abaixo:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAL - POSIÇÃO EM 31/12/2018	VALOR (R\$ mil)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	1.057.077
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA	507.077
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	507.077
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	0
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR_I)	1.057.077
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR_II)	0
CAPITAL PRINCIPAL	1.057.077
DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	550.000
SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	31.230
PARCELA RWA_{CFPAD} - requerimento de capital referente ao risco de crédito - abordagem padronizada	1.425.324
PARCELA RWA_{MPAD} - requerimento de capital referente ao risco de mercado - abordagem padronizada	0
PARCELA RWA_{OPAD} - requerimento de capital referente ao risco operacional - abordagem padronizada	253.907
PARCELA R_{BAN} - risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação	1.708
RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO ($RWA_{CFPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD}$)	1.679.232
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	222.308
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 1,875%)	31.486
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO A R_{BAN} E ACP (BANCO CENTRAL)	329.050
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO O R_{BAN} E ACP (DESENVOLVE SP)	169.523
POSSIBILIDADE DE ALAVANCAGEM (DESENVOLVE SP)	847.615
ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo Bacen = 8,625%; mínimo	

Álvaro Sedlacek
Diretor Presidente

Eduardo Tadeu Saggiorato
Diretor de Negócios e Fomento

Joaquim Elói Cirne de Toledo
Diretor Financeiro e de Crédito

Pedro Leitão Magyar
Diretor Administrativo,
de Projetos e Processos

Lucivaldo Pereira Lima
CRC 1SP258038/O-1

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2018

1. INTRODUÇÃO

1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. foi instituído em novembro de 2012 em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004 e ao artigo 24 do Estatuto Social da instituição e sua atuação segue, ainda, as regras de funcionamento estabelecidas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto Estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, no Estatuto Social da Desenvolve SP e em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de janeiro de 2015.

1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição, na qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos e na indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas.

Para assegurar sua atuação de forma eficiente, além das informações financeiras serem apresentadas mensalmente ao comitê, seus membros se reúnem, periodicamente, com a Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas para avaliar as ações de gerenciamento de riscos, de *compliance* e de controles internos, com a Auditoria Independente, para discutir os exames e conclusões relativos ao planejamento e execução dos exames de auditoria das demonstrações financeiras do exercício (semestral e anual) e, com a Auditoria Interna, para supervisão dos seus trabalhos e para fornecer orientações técnicas demandadas.

1.3 Composição

O Comitê de Auditoria, com funcionamento permanente, é composto por três membros, sem mandato fixo, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Os membros do comitê são independentes e suas funções são indelegáveis, além de possuírem capacitação técnica para o exercício do cargo.

Cabe observar que, em 14/01/2019, o Sr. Carlos Eduardo Sampaio Lofrano renunciou ao seu cargo de membro do Comitê de Auditoria, e, a partir desta data, este Comitê realiza suas reuniões, excepcionalmente, com a presença de dois membros, até que seja eleito o novo membro pelos órgãos competentes.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

Até 2016, o presente relatório contemplava informações de um período anual coincidente ao ano fiscal, porém, considerando que as atividades anuais do Comitê de Auditoria se encerram na aprovação das demonstrações financeiras do exercício anterior, que normalmente ocorre até março do ano subsequente, este Comitê decidiu que o seu relatório deve incluir atividades até essa data.

Os relatórios deste Comitê de Auditoria contemplam a seguinte periodicidade:

- **Relatório Semestral:** início na 1ª reunião após a aprovação das demonstrações financeiras anuais do exercício social anterior até a reunião que aprova as demonstrações financeiras do 1º semestre encerrado no exercício social subsequente.

- **Relatório Anual:** início na 1ª reunião após a aprovação das demonstrações financeiras anuais do exercício social anterior até a reunião que aprova as demonstrações financeiras anuais do exercício social subsequente. O Comitê de Auditoria reuniu-se 15 (quinze) vezes entre março de 2018 a fevereiro de 2019, realizando 85 sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações de melhorias nos processos à administração da Agência.

Essas reuniões envolveram o Conselho Fiscal, Diretores, Superintendentes e Gerentes da instituição, auditoria interna e externa. As atas das reuniões, expressando de forma resumida o conteúdo discutido nas reuniões, são encaminhadas mensalmente ao Conselho de Administração, bem como são apresentados os relatórios detalhados das atividades do Comitê de Auditoria, emitidos em bases semestrais e anuais. As versões resumidas dos relatórios acompanham as demonstrações financeiras publicadas e tais documentos permanecem à disposição, na sede da instituição, dos auditores independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN).

3. RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria efetuou recomendações à administração da instituição visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento de riscos, *compliance* e de controles internos e da gestão econômico-financeira em geral, incluindo a avaliação e concessão de créditos. Tais recomendações foram analisadas e estão sendo implantadas pela administração da instituição.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação e, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da instituição.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Conselheiros de Administração da **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes apresentado, e das conclusões do Comitê de Auditoria, apresentadas em seu Relatório, onde recomendam a este Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para aprovação. São Paulo, 27 de fevereiro de 2019

Tomás Bruginski de Paula
Presidente
Alberto Pereira Gomes Amorim
Conselheiro
Alencar Severino Costa
Conselheiro

Francisco Vidal Luna
Conselheiro
Jairo Klepacz
Conselheiro

Marcos Akamine Wolff
Conselheiro
Lídia Goldenstein
Conselheira
Roberto Brás Matos Macedo
Conselheiro

Fernanda Montenegro de Menezes Rizek
Conselheira
João Alberto Rodrigues dos Santos
Conselheiro
Kelly Lopes Lemes
Conselheira

Nanci Cortazzo Mendes Galuzio
Conselheira
Rubens Peruzin
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.**, São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.** (“**Desenvolve SP**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Desenvolve SP** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Desenvolve SP**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD):** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, as demonstrações contábeis incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 108.053 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução nº 2.682/99, que considera a classificação das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo “AA” para risco mínimo e “H” para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos naquela Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos da **Desenvolve SP**. Devido à relevância das operações de crédito e as incertezas relacionadas à estimativa na provisão para crédito

de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto significativo de auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nós avaliamos o desenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles chaves e relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, além das metodologias de avaliação e classificação dos níveis de risco das operações e de crédito (de AA a H), principais premissas utilizadas no cálculo e exatidão da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Efetuamos o recálculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução nº 2.682/99, bem como a adequada divulgação nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente resumidos, consideramos adequada e aceitável a estimativa realizada para o provisionamento para créditos de liquidação duvidosa, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Créditos tributários:** Conforme Nota Explicativa nº 12, foram constituídos créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 51.767 mil, que tomaram como base estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Devido à relevância do saldo e à utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição dos créditos tributários, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas, com base nos procedimentos descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da **Desenvolve SP** é responsável

por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Desenvolve SP** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Desenvolve SP** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança e administração da **Desenvolve SP** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e

avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Desenvolve SP**; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e,

com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Desenvolve SP**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Desenvolve SP** a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do

alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Barbosa

Contador - CRC 1 SP 120359/O-8